

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº 10875/000.277/92-99

SESSAO DE 08 DE JULHO DE 1994 ACORDAO Nº 101-86.867

RECURSO Nº: 79.669 - I.R.F. - ANO DE 1986

RECORRENTE: IMOBILIARIA E CONSTRUTORA CONTINENTAL LTDA.

RECORRIDA: D.R.F. EM GUARULHOS (SP)

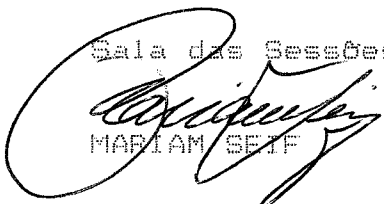
PROCEDIMENTO DECORRENTE - I.R.F. - LUCROS
DISTRIBUIDOS - Em virtude da estreita relação
de causa e efeito entre o lançamento principal
e o decorrente, provido parcialmente o primei-
ro e não arguindo o contribuinte matéria nova
alusiva ao segundo, igual decisão se impõe
quanto à lide reflexa.

Recurso a que se dá provimento, em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
de recurso interposto por IMOBILIARIA E CONSTRUTORA CONTINENTAL
LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro
Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provi-
mento parcial ao recurso, para excluir da tributação a importân-
cia de Cz\$ 10.000.000,00 (padrão monetário à época), nos termos
do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), 08 de julho de 1994


MARIAM SEIF

- PRESIDENTE E RELATORA


LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES - PROCURADOR DA
FAZENDA NACIONAL

VISTO EM
SESSAO DE:

19 AGO 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conse-
lheiros: Jezer de Oliveira Cândido, Francisco de Assis Miranda,
Kazuki Shiobara, Raul Pimentel, Roberto William Gonçalves e
Sebastião Rodrigues Cabral. Ausente justificadamente o Conselhei-
ro Celso Alves Feitosa.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº 10875/000.277/92-99

RECURSO Nº: 79.669 - I.R.F. - ANO DE 1986

ACORDAO Nº: 101-86.867

RECORRENTE: IMOBILIARIA E CONSTRUTORA CONTINENTAL LTDA.

RECORRIDA: D.R.F. EM GUARULHOS (SP)

R E L A T Ó R I O

A contribuinte supra identificada recorre a este Conselho da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 06.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte na área do Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, protocolizado na repartição local sob o nº 10875/000.273/92-38.

Nestes autos cogita-se da cobrança do imposto de renda na fonte sobre valores relativos a omissão de receitas apurada no ano de 1986, consoante estabelecido no artigo 8º do decreto-lei nº 2.065/83.

Mantida a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 24/25.

Cientificada da decisão em 22/07/93, e ainda inconformada, a contribuinte ingressou em 23/08/93 com o recurso voluntário de fls. 34/35.

Como razões do recurso, a contribuinte reedita os fundamentos apresentados no processo principal.

E o relatório.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10875/000.277/92-99

ACORDÃO Nº 101-86.867

V O T O

Conselheira MARIAM SEIF, Relatora

O recurso foi interposto no prazo legal e com observância dos demais pressupostos processuais, razão porque dele tomo conhecimento.

No mérito, trata-se de processo decorrente, tendo esta mesma Câmara, apreciando o processo principal (nº 10875/000.273/92-38), resolvido reformar, em parte, a decisão de primeiro grau, entendendo parcialmente procedente a irresignação da contribuinte, quanto a irregularidade que originou a presente exigência.

E cediço, nesta instância administrativa, de que no caso de lançamento dito reflexivo há estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o lançamento decorrente, uma vez que ambas as exigências repousam em um mesmo embasamento fático. Assim, entendendo-se verdadeiros ou falsos os fatos alegados, tal exame enseja decisões homogêneas em relação a cada um dos lançamentos.

Nestas circunstâncias, o exame feito em um dos processos atinentes a lançamento ensejado pelo mesmo suporte fático, especialmente no processo intitulado principal, serve também para os demais. Não que dizer com isso que a decisão de um vincula a de outro. No entanto, não havendo no processo decorrente nenhum elemento novo que seja apto a alterar a convicção do julgador, por questão de coerência lógica, a decisão deve ser tomada em igual sentido.

Como salientado, no presente caso observa-se que este Colegiado, apreciando os fatos ensejadores do lançamento principal, que motivaram a presente exigência, concluiu no respectivo processo, que o inconformismo da recorrente quanto à exigência do imposto de renda da pessoa jurídica procedia, em parte, como faz certo o Acórdão nº 101-86.776, de 05/07/94.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

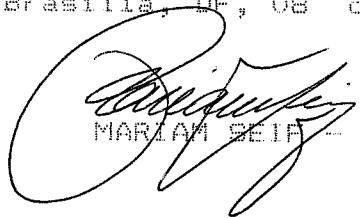
PROCESSO Nº 10875/000.277/92-99

Acórdão nº 101-86.867

Ora, sendo assim, e tendo em vista que não se apresenta nestes autos qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento anteriormente fixado, impõe-se que decisão consentânea seja adotada.

Em face de tais considerações, dou provimento parcial ao recurso, para excluir da tributação a importância de Cz\$ 10.000.000,00 (padrão monetário à época).

Brasília, DF, 08 de julho de 1994



MARIAM SEIF - RELATORA